

MUITA SALIVA POR NADA

Sete horas de perguntas de parlamentares e respostas de ministros do governo não mudam opiniões de ninguém no Congresso

Denise Rothenburg
Da equipe do **Correio**

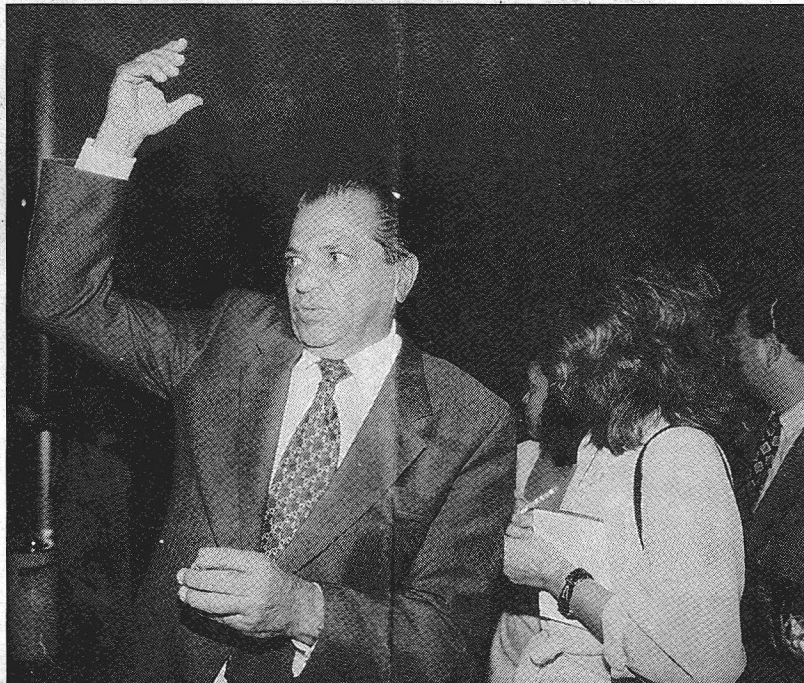
Todo o esforço dos ministros da área econômica ontem no Congresso foi insuficiente para convencer os deputados e senadores a preservarem as medidas do pacote fiscal. Enquanto o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o do Planejamento, Antônio Kandir, faziam seus discursos, os parlamentares assinavam as suas propostas de modificação do pacote, especialmente, a parte relativa ao aumento do imposto de renda, corte de incentivos fiscais, mudanças na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e até o repasse superávit de fundos de entidades da administração direta para amortização de dívida. "O debate é positivo, mas não muda a minha intenção e a do Congresso de alterá-lo. O imposto eu não aceito", sentenciava o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) antes

mesmo de terminar a sessão.

Na linha de mudanças, nem mesmo o PSDB resisitiu. O senador tucano Carlos Wilson (PE) assinou ontem, na porta do plenário, uma emenda que suprime os fundos de investimentos da Amazônia (Finam), do Nordeste (Finor) e do Espírito Santo (Funres) dos cortes previstos na medida provisória do imposto de renda. Segundo ele, "se esses cortes nos fundos forem mantidos, o nordeste vai se transformar numa série de projetos inacabados".

No PFL, que segue a cartilha do vice-presidente da República, Marco Maciel (PE) também está fechada com as alterações. Ontem, o líder do partido na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), anunciou que terá uma reunião na segunda-feira com os secretários do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e o da Receita Federal, Everardo Maciel, para apresentar as alternativas à medida provisória (MP) que prevê o au-

Glaucio Dettmar 29.10.96



Inocêncio tem reunião amanhã na Fazenda para discutir aumento do IR

mento de imposto de renda e corte dos incentivos. "Temos uma carta na manga. Vamos apresentar alternativas. O partido está firme na intenção de não permitir aumento de imposto e corte nos incentivos", disse Inocêncio.

A carta que ele vai tirar do paletó é composta de dois estudos. Um do ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, propondo cortes no orçamento para fazer frente aos re-

ursos dos incentivos. Um alvo preferencial dos pefelistas é o Pin-Proterra, um projeto criado pelo regime militar para promover o desenvolvimento na área marginal da Transamazônica. Para 1998, estão previstos R\$ 380 milhões para esse programa. "Esse programa já está praticamente desativado e está restrito às áreas afetadas com os cortes dos incentivos. Nós levaremos uma série de alternativas. O PFL não deixará

que a sociedade pague a conta do pacote", disse Inocêncio.

A segunda proposta dos pefelistas, mais complexa, foi elaborada pelo relator da reforma tributária, deputado Mussa Demes (PFL-PI) e mexe diretamente com o bolso do empresário. Demes propõe a taxação normal de todos os juros sobre o patrimônio líquido das empresas que hoje vão para o bolso dos acionistas. Disse que, pelos dados que obteve junto à Receita Federal, isso representaria R\$ 960 milhões, quase todo o valor que o governo espera arrecadar com o aumento do imposto de renda e superior ao que está previsto com o corte dos incentivos.

EMPRESAS

"A lei do imposto de renda de 1995, que teve o ministro Kandir como relator, permitiu que as empresas creditem aos seus acionistas os juros do patrimônio líquido até o limite da TJLP. E só fica obrigada a pagar 15% de imposto sobre essa parte do patrimônio. Se esse dispositivo for revogado, as empresas vão pagar 33% sobre essa parte, 25% de imposto mais 8% de contribuição social.", diz o deputado, especialista na área tributária.

No PPB, a ordem também é de mudança no pacote. O senador Esperidião Amin (SC), disse que ficou "escandalizado", quando des-

cobriu o que o pgoverno pretende alterar na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas): "Eles querem atrasar o pagamento de um salário mínimo para velhinhos que têm renda familiar inferior a R\$ 28 per capita e deficiente físico. É absurdo! Enquanto isso, o capital especulativo fica no bem-bom!", criticou o senador.

A cúpula tucana se mostrou preocupada com o que considera uma onda de mudanças no pacote que toma conta do Congresso. Ontem, enquanto os parlamentares faziam suas perguntas aos ministros, eles fizeram uma rápida reunião no gabinete do líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), para avaliar o quadro. Participaram o presidente do PSDB, senador Teotônio Vilela Filho (AL), o secretário-geral, Arthur Virgílio (AM), o relator da MP do imposto de renda, deputado Roberto Brant (MG), e, ainda, os deputados Arnaldo Madeira (SP) e José Aníbal (SP). Brant foi taxativo: "O imposto e o corte dos incentivos representam praticamente 100% do pacote fiscal. Se todos acharem que não tem jeito, o melhor é acabar logo com essa medida. O governo apresentou o que podia e até o momento não há alternativa visível para substituir as propostas da área econômica", disse Brant.